

DOCTRINA E INTERPRETAÇÃO DA FÉ (Doctrine and Interpretation of the Faith)

Anderson Bizarria da Costa, sdb*

Licenciado em Filosofia (UNISAL)

Bacharelado em Teologia pelo (UNISAL)

Pós-graduando em Psicologia/Counseling – IATES/Curitiba

bizarria.bsp@salesianos.com.br

Resumo

Busca-se desenvolver com este artigo o tema *Doutrina e Interpretação da fé*, pautado em documentos da Igreja, especialmente do Concílio Vaticano II e sobre a abordagem de autores acerca dos mesmos documentos com pretensão de proporcionar ao leitor uma provocação ao aprofundamento da temática ao discursar brevemente sobre Revelação, Sagrada Escritura, Tradição, Interpretação da fé e Magistério. Para tanto, o tema se desenvolverá partindo de uma reflexão sobre a Revelação que tem como decorrência ou supõe a experiência da interpretação da fé. Para explorar minimamente a temática buscou-se apresentar sua relação com a Sagrada Escritura e a Tradição, isto é, sua integralidade. Por fim, dentro dessa dinâmica da Revelação e interpretação da fé não pode ficar de fora a questão da Doutrina e co-relacionada a essa o magistério da Igreja e seu papel diante dessa realidade e algumas de suas especificidades.

Palavras-chave: Doutrina. Interpretação da fé. Revelação, Sagrada Escritura. Tradição e Magistério.

Abstract

Search to develop with this paper the *Doctrine and Interpretation of the Faith*, based on documents of the Church, especially the Second Vatican Council and the approach of authors about the same documents with intention to provide to the reader a challenge to the deepening of the thematic to speak briefly about Revelation, Scripture, Tradition, Interpretation of the faith and the Mastership. However, the theme will be developed starting with a reflection about the Revelation which has like consequence or suppose the experience of the faith interpretation. To explore the theme minimally tried to present its relation with the Scripture and with the Tradition, id est, its entirety. In the end, within this dynamic of the Revelation and the interpretation of the faith can not stay out of the Doctrine question and co-related to the Church Mastership and their role in this reality and some of its specifics.

Keywords: Doctrine. Interpretation of the faith. Sacred Scripture. Tradition. Church Mastership.

Introdução

Este artigo pretende trabalhar questões que envolvem a relação entre Doutrina e Interpretação da fé, mesmo que se possa entender por evidente tal relação. Contudo, mais do que demonstrar sua evidência procurar-se-á demonstrar o caminho em que se estabelece essa relação. É válido, porém, ressaltar que não há pretensão de totalidade na compreensão dos conceitos aqui abordados pela amplitude temática e exigência de aprofundamento que mereceriam tais conceitos envolvidos.

Para tanto, é oportuno iniciá-lo invertendo a ordem de apresentação dos termos no enunciado, pois me parece ser a ordem histórica na qual se deu a elaboração da reflexão acerca dos mesmos.

Todavia para se justificar tal inversão e, desde já, se entender o processo de interpretação da fé e a elaboração da Doutrina *varrer-se-á* alguns documentos da Igreja.

1. A Revelação

A interpretação da fé é decorrência da experiência da Revelação divina. Ela se realiza do desejo de Deus¹ de se revelar ao homem. Herbert Hammans² ao discorrer sobre a temática cita K. Rahner que diz,

[...] a Revelação é um diálogo espiritual entre Deus e o homem no qual algo acontece e em que a comunicação se refere ao acontecimento, à participação de Deus [...]. Este acontecimento é a comunicação pessoal de Deus [...]. Mas, se Ele próprio Se abre o que recebe a Revelação precisa da luz interior, sobrenatural e enaltecadora, da graça da Fé.

O homem encontrará maior acesso a essa Revelação pela manifestação do Reino em Cristo, que é complementação³ da Revelação primeira, Verbo encarnado e realizador da obra de salvação do Pai, porém, antes, ocorre, por meio da história da salvação, uma espécie de preparação ao Evangelho⁴, lugar por excelência da Revelação.

1.1 A Sagrada Escritura

Daqui decorre a importância do primeiro testamento, compreendido como anúncio profético, prefiguração da vinda de Cristo⁵. Deus escolheu um povo para, a partir dele, manifestar-se à humanidade e preparar a salvação de todo o gênero humano⁶.

A experiência vivida pelo povo eleito, na Antiga Aliança, bem como a experiência vivida junto a Cristo, pelos apóstolos, na Nova Aliança, não se contrapõem entre si, ao contrário se complementam, uma gera completude de entendimento e interpretação a outra. Iluminam e explicam-se uma a outra⁷.

No entanto, urge aqui a necessidade, da conservação dessa mensagem, entendida como totalidade da Revelação em Cristo, e também a necessidade de interpretá-la e atualizá-la⁸ ao século para continuidade de sua incidência, o que se pode chamar integridade da Revelação⁹.

1.2 Integridade da Revelação – Tradição e Sagrada Escritura

Essa integridade é garantida, em primeiro lugar, pela transmissão apostólica¹⁰ por meio de duas experiências, oralmente (pregação, exemplos e instituições) e por escrito (mensagem de salvação inspiradas pelo Santo Espírito)¹¹, posteriormente ela será confiada e garantida à sucessão apostólica¹².

O precioso fruto de todo esse processo é a Tradição, assistida pelo Espírito Santo, ela guarda os ensinamentos apostólicos, dá a conhecer o cânon das Escrituras, auxilia na melhor compreensão e prática da mesma Escritura e assim encaminha os fiéis à plena verdade¹³.

Não diferentemente da Escritura Sagrada a Tradição é entendida como Palavra de Deus por ser confiada aos apóstolos pelo próprio Jesus, conservada e transmitida fielmente por eles sob assistência do Espírito. Assim, tem-se a certeza a cerca de que a Revelação não vem apenas da Sagrada Escritura.

Contudo, como fica a relação entre a Sagrada Escritura e a Tradição?

Ambas provêm da mesma fonte, isto é, são inspiradas pelo mesmo Espírito de Deus: uma, como mencionado, pela transmissão apostólica oral e vivência e a outra por via escrita, constituem um único depósito sagrado da Palavra de Deus confiada a Igreja que a interpreta por meio de seu magistério¹⁴.

Um elemento já mencionado merece atenção: a atualização desta mensagem, e que auxiliará na compreensão da ação e organização do magistério¹⁵ da Igreja.

2. Doutrina e Magistério

Será possível falar da doutrina da Igreja como realidade mutável? Apoiando-se em Gregory Baum¹⁶ pode-se dividir o conhecimento autorizado pela Igreja em três campos: primeiro, a revelação divina e tudo o que com ela se relaciona; segundo, os valores da vida humana, pessoal e social e, por fim, a investigação bíblica e teológica.

Sobre essa última, Baum observa mudanças relacionadas ao avanço das ciências, contudo, sobre este campo a postura da Igreja em matéria de investigação tem finalidade puramente pastoral o que admite uma nova compreensão sobre um determinado ponto sem depreciar a originalidade da mensagem revelada.

Sobre o segundo campo observam-se também mudanças, pois o entendimento humano sobre si mesmo depende de inúmeros fatores individuais e sociais que se desenvolvem ao longo da história e não deve ser surpresa uma mudança na posição da Igreja com relação a problemas de ética individual e social, exemplo: a interpretação da Igreja acerca da questão de liberdade religiosa, que sofreu modificações, basta olharmos para grande parte da Idade Média, em comparação a hoje. Torna-se absurdo admitir o cristianismo católico como única prática religiosa, ou como religião oficial de determinado Estado que sujeita os seus a punições se não praticá-la.

Por fim, até no campo da revelação divina, e tudo o que com ela se relaciona que por sua vez se caracteriza como campo primordial, em que a Igreja exerce a sua missão de ensinar, pode-se observar mudanças; exemplo disso é a sentença extra *Ecclesiam nulla salus*¹⁷, reafirmada pelo Concílio de Florença¹⁸ e que exprime a compreensão dos Padres da Igreja e afirmara não existir salvação fora da Igreja.

Esse entendimento fora abandonado pela Igreja já na Idade Média e segundo o Concílio Vaticano II¹⁹ há o reconhecimento de salvação fora da Igreja:

A Igreja se reconhece unida a todos os batizados, que se denominam cristãos, mesmo quando não professam a integridade da fé ou não se mantêm em comum com o sucessor de Pedro. São muitos os que, em suas Igrejas ou comunidades eclesiais, veneram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida, demonstram um zelo religioso autêntico, crêem com amor em Deus Pai onipotente e em Cristo, Filho de Deus salvador, são marcados pelo batismo, que os une a Cristo, acolhem e reconhecem até mesmo outros sacramentos.

Sendo assim, entende-se que as necessidades pastorais fazem exigências ao magistério eclesiástico, pelo qual Cristo guia sua Igreja, que o obriga a encontrar caminhos para atender as realidades contemporâneas e conservar o Evangelho sob a assistência do Espírito Santo²⁰.

Clodovis Boff²¹ entende o magistério sob a perspectiva de algumas dimensões associadas a uma experiência de co-responsabilização no exercício de anúncio da mensagem de fé.

Segundo o mesmo autor, o primeiro e máximo magistério é o de Cristo, seguido do magistério do Povo de Deus e dos Pastores (inclui o Sumo Pontífice). É uma compreensão de Igreja magisterial, que exerce seu magistério comum por meio do testemunho da verdade evangélica, intra ou extramuros.

O magistério de Cristo é o fundamento de todos os outros, *Quanto a vós, não vos façais chamar de 'rabi', pois um só é vosso Mestre e todos vós sois irmãos*²². Assim, a grande autoridade doutrinária da Igreja é a Palavra de Deus, revelada em Cristo. Nem mesmo o *magistério hierárquico* está acima dela.

O magistério comum, do Povo de Deus, funda-se sobre o *sensus fidelium*, pelo qual a Igreja, como um todo, adere a Verdade da fé. Contudo para que seja autêntico deve ser testemunhado pela universalidade dos fiéis inclusive pelos Pastores (*consensus fidelium*), representado pelas comunidades e ter durabilidade.

A vivência do *sensus fidelium* ocorre por duas vertentes, uma informal (vivência da fé no cotidiano), e outra formal (sínodos etc.).

O magistério pastoral, chamado Magistério no sentido estrito e técnico é, portanto, o primeiro responsável pela verdade da fé, administra e ensina o *autêntico* da fé. Sua missão específica é testemunhá-la através do anúncio da Palavra, recomendar prudência em questões delicadas, ser juiz de fé e, por fim, emitir decisão dogmática.

Buscando maior aprofundamento acerca da questão sobre o magistério da Igreja, parece-me oportuno fazer um breve comentário acerca de seu caráter contínuo e intermitente.

O magistério, em seu caráter contínuo, demonstra a Igreja que Mestre somente Jesus Cristo e como fora mencionado: o magistério de Cristo é o fundamento de todos os outros, *Quanto a vós, não vos façais chamar de 'rabi', pois um só é vosso Mestre e todos vós sois irmãos*, Ele se revelou e continua a se revelar. Sendo assim, a Igreja não é simplesmente o relato da divina revelação que se deu, mas continuação da auto-revelação de Cristo. Ele é mestre nas comunidades e seu Espírito atua no coração humano.

A partir do triunfo definitivo de Deus no mistério pascal tem-se a seguinte certeza, nada mudará ou falsificará a doutrina salvadora de Jesus, especialmente pela sua contínua ação na Igreja²³. Esse aspecto do magistério aproxima-se da compreensão de Clodivis Boff quando fala do magistério comum do Povo de Deus, pois Jesus se revela de vários modos na Igreja e um deles é pela vivência de seus fiéis, os batizados.

2.1 Magistério Contínuo Magistério Intermitente

A Igreja, portanto, desde quando assistida pelo Espírito, é o lugar próprio onde Jesus instrui seu povo. Por fim, e ainda nessa perspectiva o magistério eclesiástico se exerce, acima de tudo, na liturgia sacramental da Igreja e por isso pode ser chamado de contínuo²⁴.

Sobre o caráter intermitente do magistério inclui-se a existência de ensinamentos infalíveis e ensinamentos falíveis. Os infalíveis tratam da revelação. O magistério, portanto, é infalível ao propor o Evangelho revelado e em determinadas situações defendê-lo e explicá-lo. A vida concreta da Igreja, sua reflexão doutrinal e a necessidade de clarificar certas soluções pastorais é que garante entendimento sobre sua noção de infalibilidade.

Porém, para uma afirmação doutrinal ser considerada como definida deve ser situada em seu contexto de formulação e referidas à Tradição da Igreja²⁵.

Ainda sobre essa questão, o crescimento no entendimento do Evangelho exige conversão, mas não significa passagem de uma verdade para outra verdade maior, seria especificamente uma passagem das trevas a luz do entendimento. Essa compreensão conduz o magistério a assumir-se, mesmo diante do dado de sua infalibilidade, a verdade de que em alguns momentos quando Deus o falara ele não o tinha realmente escutado e que o Espírito em sua ação, dentro e fora da Igreja conduziu-o a compreensão do revelado.

A simples tentativa de apresentar as dimensões constituintes, missão, caráter e ação do magistério demonstram o quão complexo é a questão da infalibilidade e do caráter contínuo e intermitente do magistério. Parece-me oportuno dar continuidade a reflexão acerca da temática primeira, *Doutrina e interpretação da fé*, e deixar para outra oportunidade um aprofundamento específico sobre o magistério, uma vez que ele é uma parte desta reflexão, mesmo que de extrema importância. A ausência desse aprofundamento, porém, não impede a compreensão acerca da temática.

Contudo, como breve consideração final acerca do tema, entende-se, apoiado sobre estas realidades, a indefectibilidade e infalibilidade do magistério da Igreja.

Ela é indefectível no sentido de que nunca desaparecerá e infalível por comunicar a mensagem de salvação e ambas as realidades vivenciadas e garantidas sob a assistência do Espírito de Deus²⁶.

Considerações Finais

Alinhavando as questões até agora anunciadas tem-se que a Tradição, a Escritura e o Magistério da Igreja estão articulados sob a assistência do Espírito Santo e a ausência de um, causa inconsistência aos outros²⁷, no exercício da conservação e interpretação do depósito da fé.

A partir da reflexão realizada até agora se pode afirmar que a doutrinação da Igreja expressa por meio de decretos doutrinários deve ser compreendida como um auxílio especial ao ministério contínuo da Palavra, eles nunca subsistem por si mesmos, devem ser colocados num contexto mais amplo do Evangelho²⁸.

Nisso consiste o exercício da elaboração doutrinária da Igreja, que se dá pela interpretação da fé confiada num primeiro momento pelo próprio Cristo aos apóstolos; seguidamente a seus sucessores, chegando até nós como depósito da fé, por meio do exercício do magistério assistido pelo Espírito Santo e vivenciado por toda a Igreja, que é continuadora e distribuidora das graças providas da novidade do Evangelho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965 *Vaticano II: mensagens, discursos e documentos*. Tradução, Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 2007.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. 9ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Loyola; Paulinas; Ave-Maria; Paulus; 1999. [ed. revisada de acordo com o texto oficial em latim].

BÍBLIA. *A Bíblia de Jerusalém*. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DENZINGER, Heinrich Joseph; HUNERMANN, Peter. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas: Loyola, 2007.

Dei Verbum. 7ª ed. São Paulo: Paulinas, 2002.

LACOSTE, Jean-Yves. *Dicionário crítico de teologia*. Tradução Paulo Meneses. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004.

LEÃO XIII (29.06.1896). *Satis Cognitum. Carta Encíclica sobre a unidade da Igreja*. In: Documentos de Leão XII. São Paulo: Paulus 2005.

BAUM, Gregory. O magistério numa Igreja em mutação. *Concilium* 01 (jan. 1967) 60-74. Tradução Antonio Jorge Martins.

HAMMANS, Herbert. Perspectivas católicas. *Concilium* 01 (jan. 1967) 92-110. Tradução Luisa Maria Sampaio.

Notas

* Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Campus Lorena. Bacharelado em Teologia pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo/Campus Lapa/Pio XI. Pós-graduando em Psicologia/Counseling - Relação de Ajuda e Aconselhamento pelo Instituto de Aconselhamento e Terapia do Sentido do Ser - IATES/Curitiba.

¹ Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 2.

² Cf. HAMMANS, Herbert. *Concilium*. Jan/1967, p. 95.

³ Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 4.

⁴ Cf. *Ibid.*, n. 3.

⁵ Cf. *Ibid.*, n. 15.

⁶ Aliança com Abrão, (Gn 15, 18); Moisés e o povo de Israel (Ex 24, 8) etc.

⁷ Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 16.

⁸ Nessa atualização, porém busca ser fiel à experiência fundamental.

⁹ Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 7.

¹⁰ Transmissão feita por aqueles que haviam aprendido diretamente com as palavras e convívio de Cristo e pela ação do Espírito Santo. (cf. *Dei Verbum*, n. 7).

¹¹ Cf. Catecismo da Igreja Católica, n. 76.

¹² Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 7.

¹³ Cf. *Ibid.*, n. 8.

¹⁴ Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 9.

¹⁵ Assim como as universidades medievais possuíam um corpo de mestres autorizados a ensinar e a avaliar os pontos de doutrina, assim também o magistério designa na Igreja católica uma instância habilitada a pronunciar-se em matéria de teologia e de prática eclesial. (cf. LACOSTE, Jean-Yves. Dicionário Crítico de Teologia, 2004, p. 1073).

¹⁶ Cf. BAUM, Gregory. *Concilium*. Jan/1967, p. 62.

¹⁷ Cf. Ibid.

¹⁸ DENZINGER. Paulinas: Loyola, 2007, n. 1351.

¹⁹ Cf. *Lumen Gentium*, São Paulo: Paulinas, 1998, n. 15.

²⁰ Cf. BAUM, Gregory. *Concilium*. Jan/1967, p. 68.

²¹ BOFF, Clodovis. *Teoria do método teológico*, Petrópolis: Vozes, 1998.

²² Cf. Mt 23,8.

²³ Cf. BAUM, Gregory. *Concilium*. Jan/1967, p. 67.

²⁴ Cf. Ibid.

²⁵ Cf. BAUM, Gregory. *Concilium*, pp. 67-75.

²⁶ Cf. Ibid., pp. 67-75.

²⁷ Cf. *Dei Verbum*, 2002, n. 10.

²⁸ Cf. BAUM, Gregory. *Concilium*, Jan./1967, pp. 67-72.